

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, janeiro de 2022, número 169. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

**NOTA CONCEITUAL APLICABILIDADE DOS ODS NA PESQUISA: MOVIMENTOS
SOCIOTERRITORIAIS EM PERSPECTIVA COMPARADA**

ARTIGO DO MÊS

**IMPACTOS DEL CAPITALISMO AGRARIO EN LOS PLANES EDUCATIVOS QUE
DESTERRITORIALIZAN A LA JUVENTUD CAMPESINA EN LA REGIÓN DEL TEQUENDAMA-
COLÔMBIA (1960 – 2020)**

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EVENTOS

XX ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFAS E GEÓGRAFOS – ENG 2022

USP/São Paulo – São Paulo, julho de 2022 (20 a 24 de julho)

XXV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – ENGA 2022

Universidade do Estado do Pará (UEPA)/Belém – Pará, dezembro de 2022 (8 a 11 de dezembro)

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar

Orgs.: Mireya E. Valencia Perafán, Sérgio Sauer, Acácio Z. Leite, Flaviane de C.

Canavesi, Mário Lucio de Ávila.

Os capítulos que compõem o livro trazem discussões sobre temas como desenvolvimento territorial, políticas públicas, Agenda 2030 e sistemas agroalimentares no Brasil e na América Latina em geral.



Webinar Rede DATALUTA
Realização: Rede DATALUTA.

Canal de webinars da Rede DATALUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confirmam os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATA LUTA/videos>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br>

EQUIPE:

Revisão, Edição e Coordenação: Aline Albuquerque Jorge, Angela dos Santos Machado, Danilo Valentin Pereira, Eduardo P. Girardi, Gerson Antonio Barbosa Borges, Lara Dalperio Buscioli, Lucas de Brito Wanderley e Wilians Ventura Ferreira Souza.

Leia outros números do **BOLETIM DATALUTA** em

<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

NOTA CONCEITUAL APLICABILIDADE DOS ODS NA PESQUISA: MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM PERSPECTIVA COMPARADA¹

Aline Albuquerque Jorge
Andressa Milani Pacheco
Bernardo Maçano Fernandes
Bianca Marucci Silva
Bruna Gonçalves Costa
Conceição Coutinho Melo
Gerson Antonio Barbosa Borges
Lara Dalperio Buscioli
Larissa Araújo Coutinho de Paula
Luiz Davi Fagundes de Alcântara
Maria Eduarda Grecco
Nelson Gabriel da Silva Sindeaux
Oscar Hernán Rodríguez Triviño
Silmara Oliveira Moreira Bitencourt
Wilians Ventura Ferreira Souza
Wuelliton Felipe Peres Lima

APRESENTAÇÃO

Elaboramos esta nota conceitual para orientar as pesquisadoras e pesquisadores da REDE DATALUTA, em especial do Projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada, com apoio da CAPES PRINT e em desenvolvimento no Brasil, Argentina e Reino Unido. Nossas orientações são que as pessoas leiam esta nota e façam ensaios para relacionar as ações dos movimentos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A relação ação/ODS deve ser objetiva, entretanto é preciso uma reflexão com base no conhecimento das ações e dos ODS em geral. Sempre que houver dúvida sobre a relação, o registro da ação e a reflexão devem ser destacados e a equipe pode encontrar uma resposta. A coordenação pode ser consultada quando necessário.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem uma agenda global para as pessoas, planeta e prosperidade, na qual estão previstas ações mundiais para acabar com a pobreza, reduzir

¹ Projeto de Pesquisa Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparativa. Convênio Capes-Print-Unesp/Propg 02/2019 - Redes de Pesquisa Internacionais (MSTPC-RPI)/Programa de Pós Graduação em Geografia da Unesp, Campus Presidente Prudente. Convênio Capes-Print-Unesp/Propg 02/2020 -Alianças globais de Pesquisa (MSTPC-RPI)/Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL)da Unesp, Campus de São Paulo.

desigualdades, proteger o meio ambiente, o clima, promover a igualdade de gênero, entre outras. Foram estabelecidos 17 objetivos para cumprir com essa agenda até o ano de 2030 (Agenda 2030), sendo esses objetivos um modelo para alcançar um futuro melhor e mais sustentável para todas e todos. O compromisso dos 17 ODS é não deixar ninguém para trás e isso requer, portanto, alianças com a participação do maior número de pessoas e representação dos povos e suas instituições: estados, empresas, movimentos socioespaciais e socioterritoriais, ONGs, associações, igrejas, etc. São as relações de conflitualidade e resistência entre movimentos socioterritoriais e outras instituições que nos interessam para analisar a produção de espaços, territórios e seus processos geográficos para a diminuição das desigualdades.

HISTÓRICO

O pensar e o agir em torno das questões que relacionam o desenvolvimento, a sociedade e a natureza vêm sendo promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde a década de 1970. A ONU é uma agência multilateral, criada após a Segunda Guerra Mundial, organizada por diferentes órgãos internos, além de comissões funcionais e regionais:

O objetivo da ONU é o de unir todas as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento, com base nos princípios da justiça, dignidade humana e no bem-estar de todos. A ONU dá aos países a oportunidade de procurar soluções em conjunto para os desafios do mundo, preservando os interesses e a soberania nacional. (UNRIC, 2019, sem paginação).

Deste modo, na 70ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2015, os 193 Estados-membros aprovaram o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, contendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas associadas. Esse plano sucedeu aos 08 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais emergiram sob orientação da Agenda 21.

Esses debates iniciaram na Conferência de Estocolmo (Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente) em 1972, quando ressaltou-se que o modelo de desenvolvimento instituído a partir da revolução industrial até aquele momento estava produzindo impactos ambientais em escala planetária. Na década seguinte, em 1987, sob coordenação de Gro Harlem Brundtland, então primeira-ministra da Noruega, foi criada a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujos debates e reflexões levaram à afirmação e à popularização do conceito de “desenvolvimento sustentável” e também na elaboração do relatório “Brundtland” ou “Nosso Futuro Comum”. Esse documento, embora não tenha apontado culpados, abordou os problemas da desigualdade social e os desequilíbrios da natureza; entre os encaminhamentos, apontou-se para a necessidade de uma nova conferência mundial que abordasse as questões de desenvolvimento e meio ambiente.

Essa orientação resultou na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no ano de 1992, também chamada de Eco-92, Cúpula da Terra, Cimeira do Verão, Conferência do Rio de Janeiro e Rio-92. Foi realizada na cidade do Rio de Janeiro e, diferentemente dos

encontros anteriores, teve uma presença massiva dos chefes de Estado. Entre os principais acordos firmados pelos participantes, estava a Agenda 21, na qual os presentes se comprometeram a criar planos de ação multiescalares para melhorar em diferentes dimensões a vida dos seres humanos e da natureza.

Na Cimeira do Milênio 2, realizada em Nova York no ano 2000, foi reafirmada a importância da Agenda 21 e pactuada a Declaração do Milênio das Nações Unidas. Por meio desses debates, chegou-se ao entendimento da necessidade de se elaborar um instrumento que seria o guia das ações respectivas ao desenvolvimento sustentável até o ano de 2015. Dessa maneira, criou-se os 08 ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), que foram adotados pelos Estados-membros da ONU, tendo foco na erradicação da extrema pobreza e a fome, no ensino básico universal, na sustentabilidade ambiental, na promoção de igualdade de gênero, na melhoria na saúde materna e na redução da mortalidade infantil.

Em 2012, na Rio+20 (Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável) foi formulado o documento “Futuro que Queremos”, que serviu para ampliar as dimensões do desenvolvimento sustentável, contribuindo para pensar o desenvolvimento após 2015. Posteriormente à Rio+20, foi implementado um processo intergovernamental participativo a fim de elaborar uma agenda para o desenvolvimento sustentável; os resultados das consultas às várias partes interessadas e/ou impactadas sucederam na aprovação da Agenda 2030 e, conseqüentemente, dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no ano de 2015, os quais têm enfoque em cinco áreas gerais: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria, sob uma perspectiva multidimensional, seguindo orientações universais e inclusivas e que deverão ser alcançadas pelas nações signatárias até 2030.

Podemos observar que desde Estocolmo até a Agenda 2030 os documentos abandonaram uma compreensão setorial e adotaram uma visão multidimensional, numa perspectiva territorial, ampliando os significados de desenvolvimento, e a sustentabilidade ganhou a multidimensionalidade presente nos 17 ODS e nas 169 metas.

RELAÇÃO ODS E INSTITUIÇÕES

A Agenda 2030 é um território imaterial disputado por diversas instituições a partir de diferentes intencionalidades, relacionadas tanto à defesa do modelo de desenvolvimento neoliberal quanto à defesa de um modelo de desenvolvimento contra hegemônico. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) conciliam pautas reivindicatórias de diferentes instituições, por exemplo: estados, partidos, empresas, movimentos socioterritoriais, organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, articulações, entre outras.

Dessa forma, os 17 ODS e suas respectivas 169 metas contemplam questões referentes ao fim da pobreza, da fome, a preservação dos ecossistemas, a igualdade de gênero, a promoção de sociedades pacíficas, o funcionamento dos mercados de *commodities*, o apoio ao desenvolvimento e inovação tecnológica. Através desses objetivos, percebemos que a ONU propõe a criação de uma agenda de trabalho global, na qual diferentes instituições se unem para construir um mundo mais igualitário e sustentável.

No governo Dilma, a Agenda 2030 foi bem recebida e relacionada com políticas públicas. Já o governo Bolsonaro, a partir de suas ações, tem caminhado na contramão do que propõe a Agenda 2030.

APLICABILIDADE

O Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) busca, por meio de diferentes paradigmas e metodologias, abarcar a ação dos movimentos socioespaciais/socioterritoriais em diferentes territórios (agrário/urbano/água/floresta), elencando as complexidades que envolvem a aplicação dos ODS no Brasil, Argentina e Reino Unido, que compõem a pesquisa intitulada “Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada”.

Para as pesquisas das ações dos movimentos em consonância com os ODS, o DATALUTA utiliza o paradigma crítico, metodologias de levantamento de informações e dados de diferentes fontes de endereços eletrônicos, por meio do uso de algoritmo do *Google Alerta*. Através de palavras-chave pré-definidas, exploramos páginas, jornais, revistas e redes sociais que apresentam informações acerca de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, partidos, governos e outras instituições. As informações e os dados registrados em uma planilha *Excel online* possibilitam compreender as escalas territoriais das ações, os sujeitos, as propositivas das ações e, principalmente, com quais ODS as ações estão relacionadas. Essas informações e dados são sistematizados a partir de critérios pré-estabelecidos pela metodologia na plataforma DATALUTA.

Exemplos de nossas análises das ações dos movimentos com os ODS são os registros das doações de alimentos produzidos de forma agroecológica pelos movimentos socioterritoriais no espaço agrário, abarcando o “ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável”, que tem como uma das principais finalidade assegurar o acesso aos alimentos saudáveis à população, promovendo a agricultura sustentável.

No caso dos movimentos urbanos, observamos que eles concentram um conjunto de intencionalidades materializadas a partir de diferentes objetivos que estão diretamente atrelados aos ODS. Vale ressaltar a vinculação das ações e pautas dos movimentos urbanos ao “ODS 10 – Redução das Desigualdades” e ao “ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis”, que buscam tornar as cidades e os assentamentos humanos mais inclusivos e menos desiguais. Os movimentos efetivam dados objetivos a partir de ocupações, manifestações e ações reivindicativas.

Notou-se que a atuação dos movimentos socioterritoriais das águas está direcionada ao cumprimento de dois ODS: “ODS 6 - Água potável e saneamento” e “ODS 14 - Vida na água”. As ações de cumprimento relativas a esses objetivos podem ser vistas de diferentes formas: mutirões de limpezas de corpos d’água, manifestações, ocupações de empresas e órgãos públicos, ações judiciais e etc. Essas ações são alguns exemplos das estratégias desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais das águas na direção da salvaguarda dos direitos.

No que concerne aos movimentos socioterritoriais das florestas, é possível observar grande relação com o cumprimento do “ODS 15 – Vida terrestre”, que de forma geral objetiva proteger os ecossistemas da devastação e recuperar áreas degradadas, para assim promover a sustentabilidade. Em vista disso, evidenciamos as ações de bloqueios de acesso a terras indígenas e áreas de proteção ambiental para defender esses territórios da exploração de recursos naturais, por exemplo: o garimpo, o desmatamento e as queimadas.

Diante do exposto, compreendemos a importância dos estudos que envolvem os ODS correlatos às ações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais em diferentes territórios compondo suas territorialidades, que estão diretamente relacionadas a suas ações caracterizadas como propositivas, defensivas, reivindicativas etc., evidenciando a complexidade das temáticas e análises críticas desenvolvidas pelo Banco de Dados da Luta pela Terra.

REFERÊNCIAS

ONU. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Tradução de Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil (UNIC RIO). Rio de Janeiro, 2015.

UNRIC. **História da ONU**. 2019. Disponível em: <https://unric.org/pt/historia-da-onu/>. Acesso em: 20 maio 2021. <https://brasil.un.org/pt-br/take-action>

SOBRE OS AUTORES

Aline Albuquerque Jorge é doutoranda em geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, membro do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: aline.albuquerque@unesp.br

Andressa Milani Pacheco é graduanda em geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, membro do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: andressa.milani@unesp.br

Bernardo Mançano Fernandes é professor no curso de geografia na a Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, coordenador do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: mancano.fernandes@unesp.br

Bianca Marucci Silva é graduanda em geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, membro do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: bianca.marucci@unesp.br

Bruna Gonçalves Costa é mestranda em geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, membro do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: bruna.g.costa@unesp.br

Conceição Coutinho Melo é doutoranda em geografia na Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, membro da Rede DATALUTA. Contato: conceicaomelounc@gmail.com

Gerson Antonio Barbosa Borges é doutorando em geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, membro do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: gerson.borges@unesp.br

Lara Dalperio Buscioli é doutoranda em geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, membro do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: lara.buscioçi@unesp.br

Larissa Araújo Coutinho de Paula é pós-doutoranda em geografia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Vitória da Conquista, membro da Rede DATALUTA. Contato: larissa.coutinho@unesp.br

Luiz Davi Fagundes de Alcântara é graduando em geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, membro do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: luiz.davi@unesp.br

Maria Eduarda Grecco é graduanda em geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, membro do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: eduarda.grecco@unesp.br

Nelson Gabriel da Silva Sindeaux é mestrando em geografia na Universidade Federal do Pará, Belém, membro da Rede DATALUTA. Contato: nelsonsindeaux04@gmail.com

Oscar Hernán Rodríguez Triviño é doutorando em geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, membro do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: oscar.rodriguez-trivino@unesp.br

Silmara Oliveira Moreira Bitencourt é doutoranda em geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, membro do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: silmara.moreira@unesp.br

Wilians Ventura Ferreira Souza é mestrando em geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, membro do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: wilians.ventura@unesp.br

Wuelliton Felipe Peres Lima é graduando em geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, membro do grupo de pesquisa Nera e da Rede DATALUTA. Contato: wuelliton.peres@unesp.br